

CLAUDIA ANDRADE PRESTES

**ESTUDO DE CASO: QUESTÕES DE GÊNERO
E O PAPEL DO PEDAGOGO E DA PEDAGOGA NA ESCOLA**

Curitiba

2014

CLAUDIA ANDRADE PRESTES

**ESTUDO DE CASO: QUESTÕES DE GÊNERO
E O PAPEL DO PEDAGOGO E DA PEDAGOGA NA ESCOLA**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Pedagoga do curso de Pedagogia, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Fátima Schwendler

Curitiba

2014

*À todas as jovens trabalhadoras/estudantes e sua vida de luta e
força, que me motivaram a refletir e seguir tentando construir uma
sociedade cada vez mais igualitária com e
para aqueles que nos rodeiam.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria Andrade e Claudionor Prestes, e irmãs Gabriela e Renata Andrade Prestes, pelo carinho, apoio e compreensão inclusive nos momentos de ausência.

Ao meu companheiro Diego de Lima pela disposição em ajudar e pelos sopros de tranquilidade nos momentos necessários.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Sônia Fátima Schwendler, pela humanidade e apoio, pela compreensão e paciência que contribuíram para desvelar novos rumos.

Aos meus amigos Douglas Silvestre e Giovana Oss, pelas luzes no caminho deste trabalho, à Helena Alves e Heloíse Santos pelo apoio, e em especial à Catarina Rielli, Débora Schnekemberg, Rita Brambila e Bruna Rodrigo e minha avó Honorina Andrade pela grande contribuição para o meu ressignificar interminável sobre o que é ser mulher.

Minha cabeça só pensa aquilo que ela
aprendeu
Por isso mesmo, eu não confio nela eu sou
mais eu.

Raul Seixas

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo refletir sobre o papel de pedagogos e pedagogas com relação às diversidades, em especial, a questão de gênero na escola, partindo do relato de dois casos, vivenciados durante a realização do Estágio Supervisionado na Organização Escolar e Gestão, seguido do levantamento bibliográfico acerca das produções nas temáticas de gênero, educação, currículo e Ensino Médio, buscando inclusive na Constituição de 88 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de outros documentos oficiais. Neste estudo, buscou-se apontar a escola como espaço que deve trabalhar no sentido do respeito às diversidades, mas que se apresenta muitas vezes como instância reprodutora de opressões. Sendo assim, emerge a necessidade da efetivação do trabalho com as questões de gênero na escola e indica a possibilidade do estudo com relação aos sujeitos inseridos na comunidade escolar, pois não só pedagogos e pedagogas fazem parte deste espaço, mas também, estudantes e seus familiares, professores e demais profissionais.

Palavras-chave: gênero educação. Trabalho pedagógico. Diversidade escola.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 PRA COMEÇO DE CONVERSA.....	10
2.1 OS CASOS.....	11
3 ALGUMAS REFLEXÕES.....	18
3.1 GÊNERO: CATEGORIA DE ANÁLISE.....	19
3.2 FINALIDADE DA EDUCAÇÃO: DOCUMENTOS OFICIAIS.....	23
3.3 NENHUMA AÇÃO É NEUTRA.....	26
4 REFLEÇÕES SOBRE O PAPEL DA PEDAGOGA E DO PEDAGOGO	
4.1 ENTREVISTA.....	32
4.2 PRA PENSAR NOSSAS AÇÕES.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6 REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A opção no estudo acerca da concepção de pedagogos e pedagogas quanto as questões de gênero na escola, parte da compreensão de sua função como fundamental para o desenvolvimento do trabalho com esses temas, pois é papel desses profissionais observar e compreender a escola como um todo, com as especificidades regionais, históricas e culturais, abarcando as relações de poder entre outras questões, que possibilitam a organização curricular, metodológica, didática e de formação continuada.

Deste modo, se faz necessário refletir a respeito da postura dos pedagogos e pedagogas quanto às questões de gênero e outras diversidades presentes na escola e investigar quais suas condições de formação inicial, continuada. Pensar quem são esses profissionais se constitui como uma possibilidade de compreender um pouco sobre a realidade da escola e refletir acerca da formação, tendo como objetivo contribuir com a reflexão sobre o papel de pedagogos e pedagogas numa educação para a autonomia e respeito com os sujeitos.

Partindo do relato de dois casos observados durante o Estágio Supervisionado na Organização Escolar e Gestão, realizado em uma escola pública que oferta o Ensino Fundamental e Médio, que retratam um pouco como as questões de gênero emergem no cotidiano escolar, o capítulo que segue tece algumas reflexões baseadas nos ocorridos.

Em seguida é abordado o conceito de gênero como categoria de análise para colaborar com a observação dos fatos relatados e pensar a escola e as

relações na sociedade de forma mais ampla, percebendo que esta questão se relaciona com a questão étnico-racial e de classe.

No tópico seguinte é apresentada a finalidade da educação na perspectiva dos documentos oficiais, onde ficam claras as indicações da União quanto os objetivos da Educação Básica, que caminham no sentido do desenvolvimento da pessoa humana, garantindo a capacidade do exercício de sua cidadania.

Depois é trabalhada a questão da inexistência da neutralidade das ações dentro e fora da escola, pois é colocado que ainda que a ação não seja refletida, ela é pautada por alguma concepção. A forma de compreender o mundo presente de forma preponderante na sociedade é justamente a que mantém o sistema funcionando, ou seja, reproduz opressões. E com relação à isso, é citado o currículo como ferramenta que pode ou não contribuir para a efetivação de uma educação para o respeito e superação das opressões.

2 PRA COMEÇO DE CONVERSA

O fio condutor deste trabalho consiste na tentativa da reflexão-ação permanente, a *práxis*, que como afirma Freire (2005), deve nortear as ações pedagógicas, tendo em vista não somente a reflexão do que é pesquisado, escrito e observado enfim, executado neste trabalho, como também a compreensão de que teoria e prática se ligam de maneira horizontal, onde sem uma não seria possível pensar a outra.

Posto isso, as possibilidades de vivência nos espaços pedagógicos durante o curso geralmente são momentos de aprendizado e indicação de novos rumos teóricos e práticos a serem trilhados pelos estudantes. Justamente durante o Estágio Supervisionado na Organização Escolar e Gestão, realizado em uma escola pública que oferta o Ensino Fundamental e Médio, foi possível vivenciar algumas experiências que instigaram a reflexão acerca da questão de gênero na escola.

Utilizando a metodologia da observação participante, dois casos que serão relatados a seguir, foram o ponto de partida para a pesquisa sobre a questão de gênero na escola, tendo a grande área de pesquisa definida, foi executado um levantamento bibliográfico em algumas bases de dados online com as palavras-chave: “gênero, educação, mulheres, currículo, jovens e Ensino Médio”, a partir disso, foi possível definir o tema: papel do pedagogo e da pedagoga quanto às questões de gênero na escola.

Para a investigação da perspectiva da equipe pedagógica, foi realizada uma entrevista que consistiu numa conversa abordando questões acerca do trabalho pedagógico na escola, as especificidades desse trabalho com adolescentes, se e como se evidenciam as diversidades e, mais especificamente a questão de gênero na escola, como lidar com elas e de que forma a formação inicial e continuada contribuíram para os desafios da prática pedagógica.

2.1 OS CASOS

O papel enquanto estagiária foi observar o trabalho realizado por pedagogos e pedagogas durante o período da manhã e, em um destes dias, foi experienciada uma situação que vale ser relatada, pois abre possibilidade para diversas reflexões.

Logo no início do ano de estágio, uma estudante do Ensino Médio, que nesse relato será chamada de Juliana, para que sua identidade seja preservada, foi até a sala da coordenação pedagógica para reclamar de um garoto que, segundo ela, tentou beijá-la contra a sua vontade, e só não concretizou seu intento, porque ela reagiu agredindo o sujeito.

Diante disso, as duas pedagogas presentes pediram para conversar com a jovem que inclusive, aparentava estar transtornada com a situação. Um caso como esse, dentro de uma escola que atende, em sua maioria, adolescentes, não me pareceu algo muito improvável de ocorrer, ainda que seja um comportamento grave. Desta forma, curiosa com o desenrolar da situação, permaneci atenta à maneira como as pedagogas iriam conduzir o ocorrido.

Assim, as pedagogas iniciaram a conversa fazendo diversas perguntas para entender onde e quando aquilo aconteceu, e Juliana contou que, naquele dia, ocorria uma apresentação no colégio, mas que nem todos os estudantes puderam assisti-la, visto que deveriam pagar um valor de ingresso, o que para eles não foi possível, resultando que ela e Bruno ficaram sozinhos na sala aguardando o retorno dos colegas. O fato de estarem apenas os dois fez com que o garoto se sentisse à vontade para beijá-la à força.

Enquanto contava a situação, a jovem foi interrompida por uma das pedagogas com a seguinte pergunta: “Mas vocês já tinham ficado juntos antes disso?”. Diante da resposta negativa, várias outras perguntas e afirmações por parte das pedagogas foram seguindo: “Você não disse pra ele que iriam ficar?”, “Ah, mas você não provocou?”, “Veja bem, uma moça deve ver como se comporta para evitar esse tipo de mal-entendido”, “Mas você tem namorado?”.

Tais questionamentos já indicam um posicionamento por parte de quem os realiza, pois de fato são perguntas tendenciosas que já em sua construção tendem a sugerir que Juliana tenha alguma culpa ou tenha de alguma forma desejado o ocorrido.

Em seguida, o Bruno foi chamado junto da jovem para conversar com as pedagogas, que ao verem o garoto, proferiram diversos elogios à sua aparência, como quem tenta convencer Juliana de que aquele fato não era tão grave quanto ela demonstrava pensar, visto que ele é alguém, segundo as pedagogas, bonito e forte, o que provavelmente para elas, caracterizava um sujeito com quem as jovens do colégio gostariam de namorar. Posteriormente fizeram diversas perguntas também sobre como e o que havia ocorrido na sala,

e ele respondeu que estavam sozinhos, e que sentiu vontade de beijá-la, entretanto quando tentou, levou um soco no estomago.

Bruno, assim como Juliana, é um jovem negro. A diferença entre eles no quesito aparência é o fato dele ter olhos esverdeados, o que contribuiu para os comentários das pedagogas quanto à sua beleza. Diante disso cabe perceber a percepção e exaltação da beleza por uma característica que não é comum nos traços de pessoas negras, o que nos faz refletir acerca do padrão de beleza eurocêntrico imposto, de modo que a sociedade inclusive muito através da mídia inculca que ser bonito é ser branco, ter cabelos lisos, nariz fino, enfim, apresentar traços faciais e corporais presentes nos povos brancos.

O problema com a questão dos padrões de beleza é o fato de que a sociedade é composta por diversos povos com suas características físicas e culturais, onde se caracteriza com uma perda contar apenas com uma forma de ser belo. As pessoas e, principalmente, os jovens e adolescentes, por estarem num momento de construção da própria identidade e autoestima, precisam se perceber inseridos numa cultura, com suas características e tendo a possibilidade de se identificar como belos.

Uma sociedade composta por sujeitos plurais, ao eleger apenas uma forma de ser belo, acaba por anular aqueles que não se encaixam, pois torna quase invisível outras formas de ser e agir.

Continuando o relato, após as perguntas realizadas pelas pedagogas, e ainda com os dois na sala da equipe pedagógica, as perguntas voltaram a ser feitas para Juliana, pois agora que as versões foram consideradas idênticas, exceto por detalhes que expressavam o sentimento de cada um diante da situação, as profissionais julgaram necessário investigar mais a fundo,

realizando algumas outras perguntas à Juliana, que indicam a culpa dela diante do ocorrido, entre elas: “Vocês estavam conversando sobre ficarem juntos?”, “Você estava passando a mão nele?”, “Você estava com esse decote na sala?”. As respostas foram negativas e seguidas da afirmação que, sendo os dois maiores de idade, Juliana estava disposta à registrar uma queixa na polícia por assédio sexual.

A proposta das pedagogas foi que tudo fosse registrado no livro ata do colégio, e assinado pelos envolvidos, além de que, a jovem foi orientada a não procurar a polícia, pois segundo as pedagogas, isso não foi um caso de tamanha gravidade. Para que a situação fosse resolvida, a equipe pedagógica aconselhou ambos de que o colégio não era lugar para esse tipo de comportamento e que o respeito é necessário entre os sujeitos, além de que, decidiu convocar os familiares responsáveis para uma reunião e, mesmo as idades dos envolvidos sendo 18 e 19 anos, as mães de ambos compareceram na semana seguinte.

Na reunião marcada, estavam presentes as duas pedagogas, Juliana, Bruno, as mães dos dois e as estagiárias, que foram autorizadas a permanecer para acompanhar o caso. Logo no início foi lido pelas pedagogas o texto registrado no livro ata no dia da primeira reunião, para que todos ficassem a par do ocorrido, e tivessem a possibilidade de concordar ou não, com a seguinte proposta: para evitar o constrangimento de que os dois pudessem eventualmente se ver durante as rotinas do colégio, o jovem seria transferido para o período noturno.

A mãe de Bruno aparentava nervosismo com toda a situação e ainda com a chance do ocorrido chegar à polícia, defendia o filho acusando Juliana

de ter seduzido o adolescente para prejudicá-lo. A jovem e sua mãe colocaram em questão que não gostariam de ver o garoto remanejado de turno, mas que ele compreendesse que aquilo não foi uma atitude correta, pois segundo elas, ele continuará agindo dessa forma em outras situações caso não fique claro que não é algo apropriado.

Por fim, foi decidido que o jovem permanecesse no período matutino, e que os dois retornassem às atividades normais, sendo que até a presente data, o assunto não foi retomado.

O segundo caso foi presenciado apenas parcialmente, pois o estágio supervisionado ocorreu nas quartas e quintas-feiras, e o fato que desencadeou a reunião presenciada na quarta-feira, ocorreu na segunda-feira daquela mesma semana.

Naquela quarta-feira, o dia de observação corria normalmente, e a pedagoga foi chamar uma estudante, que será referida aqui como Ana, para que ela desse novos esclarecimentos sobre o fato que ocorreu naquela semana e que levou a equipe pedagógica a convocar uma reunião com o responsável pela garota, que frequentava o primeiro ano do Ensino Médio.

Quando entrou na sala, as pedagogas pediram que ela relatasse rapidamente o caso e desse o nome e a turma do jovem envolvido. Ela relatou que caminhava pelo pátio do colégio durante o intervalo e um garoto, que aqui será chamado de Tiago, do segundo ano do Ensino Médio, passou a mão nas nádegas dela, que ao perceber, indagou o rapaz pela sua atitude e segundo ela, obteve risos e deboches como resposta.

As pedagogas, antes de chamarem Tiago para a reunião, teceram comentários acerca do quão justa era a calça e a camiseta do uniforme de Ana,

além de perguntarem se os dois já haviam ficado juntos. A jovem respondeu que nunca ficaram, e ainda afirmou ter um namorado. Diante disso, as pedagogas pediram para chamar Tiago e o namorado de Ana para conversarem.

Cabe ressaltar que novamente ocorre a disposição a culpar a jovem pela ocorrência realizando perguntas tendenciosas da mesma forma como as feitas à jovem Juliana do caso anterior.

Ao chegarem à sala da equipe pedagógica, Tiago foi recebido sendo questionado se realmente havia feito aquilo que era acusado e, depois de alguma insistência da equipe pedagógica, confirmou. Logo foi orientado de que aquela atitude era uma falta de respeito com a jovem e seu namorado, e ainda foi alertado de que o pai dela estava a caminho da escola.

Ao chegar na reunião, o pai de Ana foi informado pelas pedagogas do que estava acontecendo, e de que Tiago já havia sido orientado sobre o quão necessário era respeitar as moças comprometidas e que tinham família, o fato de Ana não ser uma garota “qualquer” foi repetido diversas vezes pelas pedagogas que, para conscientizar o jovem apelavam para exemplos como: “E se fizessem isso com a sua mãe ou irmã?”

Por fim, Tiago foi orientado pela equipe pedagógica a pedir desculpas ao pai e ao namorado de Ana pelo que havia feito, demonstrou arrependimento pela situação que causou. O caso foi registrado em ata, assinado pelos envolvidos e dado por encerrado.

Sobre isso é importante destacar a visão da mulher como propriedade dos homens ao seu redor, como o pai e o namorado de Ana. Pois o fato de Tiago ter sido orientado a pedir desculpas aos dois e não à Ana, deixam posto

que o corpo dela não pertence à ela, mas sim, ao homens. Tal concepção permite inferir que, aquele ditado popular “achado não é roubado”, que é utilizado com relação aos objetos encontrados sem dono para justificar a tomada de posse por quem o encontrou como algo que não é roubo, ou seja, não é errado, também caberia para os corpos das mulheres, pois, quando o corpo da mulher é compreendido como algo, coisa que pode pertencer à alguém que, inclusive não é ela mas um homem, no caso de ela não pertencer à ninguém ou não estar acompanhada de ninguém, já autoriza e torna legítima qualquer aproximação de outro homem e tomada do objeto/mulher para si.

Uma questão importante diante dos dois casos apresentados é que, mesmo com orientações e comportamentos institucionais que tentem a reproduzir o machismo, racismo e outros preconceitos, o que numa escola acaba por reforçar em jovens e adolescentes uma forma de pensar e agir que desumaniza os sujeitos outros, foi possível perceber que as duas vítimas tiveram uma atitude de coragem dentro desse ambiente que modo geral, as sufocou.

Apesar de posturas que reproduzem e reforçam preconceitos e violências, essas duas jovens consideraram necessário recorrer à equipe pedagógica e se fazerem ouvir enquanto insatisfeitas com as ocorrências. Esta situação permite pensar que as resistências existem, e que pedagogas e pedagogos, mesmo inseridos nessa forma opressora de compreender a sociedade, representam inclusive para aquelas pessoas inseridas em uma situação de desvantagem nessa dinâmica, uma possibilidade de ação diferente, mais humana.

3 ALGUMAS REFLEXÕES

Ao observar a escola, é possível perceber um reflexo do modelo social vigente, que acarreta nas opressões, não somente nas relações entre os indivíduos, mas também em sua estrutura, ainda permeada por traços de uma educação tradicional e de relações verticalizadas, que negam o diálogo tão necessário para a construção de novos saberes e relações.

Diante disso, como afirma Paulo Freire (2005), é necessário que o trabalho pedagógico se norteie na humanização dos sujeitos, e na parceria com os educandos e comunidade escolar em geral. Para compreender esse terreno de socialização, construção do conhecimento e (re)produção de cultura que é a escola, recorro à Sandra dos Santos Andrade (2012, sem paginação) quando afirma que, a escola:

[...] de forma cada vez mais intensa, é o local privilegiado para ensinar meninos/as e jovens a serem homens e mulheres, para ensinar a ambos como ser, estar, como se comportar e agir neste mundo. A escola inclui e exclui de acordo com padrões fabricados de normalidade/anormalidade, competência/incompetência, aptidão/inaptidão, elementos muitas vezes ancorados em dados biológicos e/ou econômicos, como a cor da pele, o sexo e a classe a que pertencem. Tais indicativos são usados como se fossem suficientes ou adequados para dizer a verdade sobre os indivíduos; já que estas características são consideradas, muitas vezes, como inatas e/ou pertencentes à natureza e ao espaço social de cada um/a. (ANDRADE, 2012, s/p).

Tal afirmação nos permite refletir sobre a postura adotada pelas pedagogas que, ao se depararem com a situação, reagiram demonstrando que partiram do pressuposto de que o garoto agiu pelo chamado “instinto masculino”. Que se trata de um conjunto de maneiras de ser, pensar e agir,

que fazem parte de um todo que é compreendido como “ser um homem”, e que é entendido como inato ao sujeito de acordo com seu sexo biológico, que justificaria a investida dos jovens.

3.1 GÊNERO: CATEGORIA DE ANÁLISE

Sobre isso, cabe deixar claro que o conceito de gênero aqui utilizado parte da compreensão de que este não pode ser definido pelo âmbito biológico, ou seja, “[...] enfatiza todo um sistema de relação que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 75). Sobre isso, vale acrescentar que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade (...)” (BEAUVOIR, 1967. p. 9)

As identidades de gênero são mutáveis, pois resultam de uma construção social e histórica, além de serem modeladas pelas redes de poder de determinada sociedade, como afirma Guacira Lopes Louro (2000). Sendo assim, os conjuntos de comportamentos comumente relacionados ao gênero, não nascem com os sujeitos, nem possuem conexão inata com gênero, etnia, raça ou classe.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) em sua definição de gênero, concordam com a perspectiva da construção social e ainda apontam o privilégio masculino.

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades a ambos. (BRASIL, 1997. p.98)

A divisão social por gênero ocorre através de normas, regras de comportamento e valores, que constituem dois modelos que devem ser seguidos de acordo com o sexo biológico, que dentro desta lógica determina o gênero do sujeito, no qual ser homem aciona uma série de comportamentos como: demonstrar força, não expressar emoções além da raiva, ser corajoso, ser condutor das situações, ser dominador, provedor da família, heterossexual, ter gosto pelo sexo, ser racional, inteligente etc, enquanto à mulher, são esperados comportamentos como por exemplo: ser delicada, vaidosa, emotiva, dedicada à família, mãe, não muito ligada ao sexo, subordinada, frágil, ter facilidade com o cuidado da casa entre outros.

Quando são apontadas tais características, isso significa que, desde o momento em que é descoberto o sexo do bebê, antes mesmo de nascer já são projetados comportamentos esperados, que serão ensinados pela família, igreja, grupos de convívio, mídia e inclusive pela escola. Entretanto, como se tratam de papéis ensinados, nem todos os sujeitos reproduzem o esperado sendo que, a mesma lógica que inculca e cria os padrões de ser, estar e sentir em sociedade, também aponta os comportamentos diferentes como anomalias a serem corrigidas. Sobre isso, cabe afirmar que

(...) não há um padrão universal para comportamentos sexual ou de gênero que seja considerado normal, certo, superior ou, a priori, o melhor. Somos nós, homens e mulheres, pertencentes a distintas sociedades, a diversos tempos históricos e a contextos culturais que estabelecemos modos específicos de classificação e de convivência social. Assim, o conceito de gênero pode nos ajudar a ter um olhar mais atento para determinados processos que consolidam diferenças de valor entre o masculino e o feminino, gerando desigualdades. (BRASIL, 2009, p. 41)

Joan Wallach Scott (1995) discute gênero como uma categoria de análise, que assim como a questão étnico-racial e a de classe, busca olhar para a realidade considerando as pessoas oprimidas e o caráter dessa opressão. A autora compreende que as desigualdades estão organizadas em pelo menos, estes três eixos.

Quando são apresentados os sujeitos oprimidos, considerando tais eixos, não se leva em conta, de modo geral, uma organização social onde os homens estão de um lado privilegiado em função da cultura patriarcal que persiste em nossa sociedade e, o que contribui para que estes, também oprimam as mulheres da sua própria classe, grupo social. Esta posição de privilégio se coloca também e simultaneamente a partir de diversos aspectos, numa relação que mantém a sociedade em sua forma machista, racista e capitalista, em que está estruturada.

Desde modo, vale destacar o que afirma Saffioti (1987):

A divisão da população em classes sociais, profundamente desiguais quanto às oportunidades de “vencer na vida”, representa outra fonte de dominação, considerada absolutamente legítima pelos poderosos e por aqueles que se proclamam neutros, o mesmo se passando com as diferenças raciais e ou étnicas. (...) De modo geral, contudo, a supremacia

masculina perpassa todas as classes sociais, estando também no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na “ordem das bicadas” é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres. (p.16)

Diante disso, é necessário que as práticas pedagógicas estejam norteadas pela quebra dos estereótipos e pela construção da autonomia de pensamento acerca da realidade por parte dos estudantes, pois, estes devem “descobrir as razões que se escondem atrás da maior parte de suas atitudes em relação à realidade cultural, e assim enfrentá-la de uma maneira nova.” (FREIRE, 1980. p. 89).

No caso relatado, a forma como a situação foi conduzida pela equipe pedagógica, demonstrou que, as ações foram pautadas em uma forma de compreender a sociedade que reforça as opressões, o que não parece apropriado quando refletimos acerca do papel desses profissionais dentro da instituição escolar, visto que, a finalidade do trabalho com as questões de gênero é proporcionar a possibilidade de questionar os papéis de feminino e masculino e as desigualdades que decorrem disso, assim como apontam os PCNs (BRASIL, 1997)

A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. (BRASIL, 1997. p.99)

3.2 FINALIDADE DA EDUCAÇÃO: DOCUMENTOS OFICIAIS

Mesmo compreendendo que a legislação seja construída majoritariamente por aqueles sujeitos que puderam ocupar os espaços para a execução de tal tarefa, ou seja, pessoas que pertencem a um lugar privilegiado dentro da dinâmica social pautada nas opressões de gênero, raça e classe, ainda assim, os documentos oficiais caracterizam-se como ferramentas para a indicação e orientação das ações dentro da nossa sociedade.

Sendo assim, cabe nesse momento, ponderar sobre o papel da Educação, recorrendo primeiramente à Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205, estabelece como finalidade da educação o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, Art. 205). E mais especificamente com relação ao Ensino Médio, vale citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em seu artigo 35, ao indicar essa etapa como a final da Educação Básica, define também suas finalidades, sendo a terceira delas: “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;” (BRASIL, 1996, Art. 35).

Tal finalidade foi escolhida, pois nos permite tecer diversas reflexões, sendo que de início cabe colocar que, segundo José Marcelino de Rezende Pinto (2007):

O terceiro objetivo traçado pela lei aponta para o desenvolvimento integral do educando, fomentando sua autonomia intelectual e estimulando o pensamento crítico; também exigirá árduo esforço para o seu cumprimento. Afinal, para estimular a autonomia intelectual e o pensamento crítico,

devemos praticá-los; para formar o cidadão, deve-se vivenciar a cidadania no dia-a-dia. Ora, quando vemos o passado de nossa escola, do ensino fundamental ao superior, onde boa parte dos atuais professores foi formada sob a égide da manutenção do *status quo*, da disciplina imposta exteriormente e onde as dúvidas nunca eram bem-vindas, percebemos a dimensão desta tarefa estabelecida pela lei e como urge uma requalificação do corpo docente. Ainda mais se lembramos que boa parte deles foi formada no período da ditadura militar, quando esses atributos, agora valorizados, eram considerados motivos de punição. (PINTO, 2007, p. 55)

Diante disso, vale refletir sobre o quanto a prática presenciada durante o caso aqui apresentado está distante do estabelecido nas leis observadas, pois a estudante não teve seu pensamento crítico estimulado quando não recebeu o apoio da equipe pedagógica. O que se sobressaiu é a necessidade da superação do discurso que culpabiliza a mulher, pelo assédio que ela mesma sofreu, da efetivação das finalidades da educação aqui citadas que visam a formação da pessoa humana.

Ainda sobre a formação do sujeito, cabe apresentar o trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que ressaltam, na mesma direção dos documentos já expostos, a importância do rompimento com os modelos tradicionais, sendo que, “A perspectiva é de uma aprendizagem permanente, de uma formação continuada, considerando como elemento central dessa formação a construção da cidadania em função dos processos sociais que se modificam.” (BRASIL, 2000. p. 13).

Sendo assim, vemos que diante dos documentos oficiais, é posta como função da escola proporcionar uma educação que emancipa os sujeitos, que aponta as incoerências e cria possibilidades para a reflexão dessas realidades. Vale indicar inclusive, para a necessidade de que tais reflexões não façam parte somente da formação dos educandos, até porque, se os docentes e

equipe pedagógica não dominarem essas práticas, não é possível que os educandos e educandas as desenvolvam de maneira intencional.

3.3 NENHUMA AÇÃO É NEUTRA

Desta forma, se sobressai a emergência da clareza do papel do pedagogo e pedagoga dentro desse lugar que é a escola e que não caminha sozinha, mas inserida em uma sociedade. Cabe colocar ainda, a afirmação de Paulo Freire (2014) acerca dos indivíduos:

Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (...) constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. (FREIRE, 2014. p. 75)

Para além da necessidade da clareza do papel do pedagogo e da pedagoga na escola, não só por parte deles, mas de toda a comunidade escolar, outra questão muito importante vem à tona perante a afirmação acima citada. Trata-se da suposta neutralidade, diversas vezes assumida dentro da escola sem que seja feita a reflexão de que toda a ação é resultado e revela uma concepção de sujeito, educação e sociedade. Quando há clareza de tais concepções, o profissional está agindo com coerência, porém, quando acredita

agir de forma neutra, suas ações continuam sendo pautadas por concepções específicas, porém, por ele desconhecidas ou ignoradas.

É um tanto assustador pensar que, o sujeito está executando seu trabalho, sem perceber que contribui para a manutenção de um sistema que reproduz a desigualdade. Porém, como visto no caso apresentado, a equipe pedagógica aparentava acreditar na neutralidade de sua ação, sem notar que, diante de uma oportunidade de colaborar com a desconstrução de padrões comportamentais baseados nos gêneros, e ajudar a minimizar a opressão e violência de gênero de forma educativa, agiu baseada na neutralidade, reproduzindo nada menos do que as opressões vistas e vividas fora do ambiente escolar.

É importante então, refletirmos acerca de algumas concepções que dominam a sociedade e que são reveladas, ressignificadas e reforçadas dentro da escola, sendo que podemos observar o racismo e o patriarcado, que não se resumem a meros preconceitos (racial e de gênero), mas sim, se caracterizam como estruturas de dominação-exploração. Ou seja, são formas de manter o sistema em seu funcionamento que privilegia as classes dominantes (SAFFIOTI, 1987).

Assim como as opressões se refletem e renovam na escola, outra questão também surge na observação e pareceu conduzir a prática das pedagogas no caso relatado. Trata-se da hierarquização das lutas, onde a questão de gênero é posta como secundária diante de questões mais urgentes como a economia e outras, sendo que tal hierarquização se refletiu na escola e pôde ser observada durante o estágio, pois questões como o consumo de drogas e bullying são tidas como fundamentais em detrimento da questão de

gênero e raça/etnia. Sobre isso, recorreremos à Elisabeth Souza-Lobo (2011), quando afirma:

“Há uma tentativa de esvaziar o movimento de mulheres da problemática da qual só ele é portador: a dominação sexual característica de uma forma de sociedade de tipo patriarcal que se expressa na desigualdade política e social entre primeiro e segundo sexo e se articula com a exploração de classe.” (SOUZA-LOBO, 2011. p. 218).

Vale refletir acerca do que exatamente significa o bullying, pois se pensarmos nele como uma forma de cometer repetidas vezes, violência física ou psicológica contra alguém de acordo com alguma forma de ser ou agir que não se enquadra como a maneira adequada por aqueles que praticam a violência, podemos sim encaixar as questões de gênero, racial e de classe como bullying dentro da escola e trabalhar de forma pedagógica com elas.

Outra questão de gênero que aparece na escola é a gravidez na adolescência que, normalmente é trabalhada na perspectiva machista e biológica da reprodução humana, que culpa as jovens por terem tido desejo de transar, por terem transado e por terem engravidado, reforçando a maternidade como uma punição à mulher que não “se cuida”, colocando apenas sobre ela a obrigação do uso de métodos contraceptivos e a responsabilidade pelo cuidado com a criança que virá.

Ao utilizar esse ponto de vista, a escola reproduz e inculca padrões de comportamento esperados pelas mulheres, lembrando que não existe apenas um conjunto de ações que cabem dentro do "ser mulher", pois, como afirma Scott (1995, p. 86), existe o estereótipo de Maria (mãe de Jesus), que aciona a imagem da mulher imaculada, recatada, submissa, normalmente relacionada com o que se espera das mães e esposas, em contraponto com a imagem da

Eva (do mito bíblico do paraíso), a mulher traidora, pecadora, traiçoeira, imagem que se relaciona com o que se projeta nas mulheres outras, àquelas que não se deve respeito, as que merecem correção, as que não “se cuidam”.

A imagem da Eva inclusive foi acionada pela mãe de Bruno durante o caso do beijo sem consentimento, para culpar a moça do fato ocorrido. Enquanto que a imagem de Maria foi acionada com relação à Ana para lembrar ao jovem que a assediou, que ela era moça “de família”, com namorado, e que residia nisso a gravidade de sua ação.

Vale destacar que Ana, com sua realidade suscitou a imagem da Maria, é uma jovem branca, que apesar de estar uniformizada e com a calça um pouco apertada demais para as pedagogas, estava com pouca maquiagem e possuía longos cabelos lisos, enquanto que Juliana é uma jovem negra, com o uniforme também apertado demais para as pedagogas, mas também com cabelos cacheados e volumosos e maquiagem com cores escuras.

Aqui cabe refletir que a aparência física contribuiu para a escolha das pedagogas quanto a imagem de que mulher seria acionada para Ana e Juliana, sendo que a jovem negra foi relacionada com a imagem Eva, não à toa, pois se observarmos a trajetória da mulher negra no Brasil, veremos que desde a época em que as pessoas negras foram trazidas para serem escravizadas, as mulheres eram alvo de violência sexual, onde seus corpos que naquela conjuntura eram entendidos como propriedades dos senhores de escravos, eram utilizados para prestar “serviços sexuais”, ou seja, eram estupradas.

Ainda que esse momento de escravização da população negra no Brasil tenha acabado, a mulher negra continuou com espaço para o papel de servir, inclusive sexualmente, aqueles que possuíam poder. Esse fato foi caminhando

conjuntamente com um mito de que a mulher negra tem uma maior tendência à gostar de sexo, que é vulgar. Ao pensar sobre isso e relacionar com o padrão de beleza europeu, que é colocado como o único belo, vemos a pessoa negra, e nesse caso a mulher negra, com suas características corporais compreendidas como inapropriadas, vulgares, hipersexualizadas.

Sendo assim, é possível que Juliana, mesmo estando com o uniforme do colégio igualmente apertado como o de Ana, tenha para as pedagogas, destacado as formas de seu corpo mais do que a outra jovem, pois seu corpo de jovem negra possui formas compreendidas, dentro desse padrão de beleza, como vulgares e inapropriadas para serem destacadas no ambiente escolar. Enquanto que Ana, com seu corpo de características de pessoas brancas, que se enquadra dentro do padrão de beleza imposto, continuava sendo apropriada.

Outro ponto importante a ser colocado é a hipersexualização da mulher negra, que provavelmente contribuiu para a indicação da culpa de Juliana por parte da equipe pedagógica e da mãe de Bruno, pois dentro deste conceito, por ser negra, é possível concluir que ela estava envolvida em algum jogo sexual ou seduzindo o jovem de alguma forma. Mas tudo isso, ainda relaciona-se ao fato de serem mulheres.

Assim, desvela-se uma questão importante e urgente dentro do papel dos pedagogos e pedagogas que é trabalhar as questões de gênero, entre outras diversidades, dentro da escola. Ainda que a formação inicial destes profissionais pode ter grande peso sobre suas atitudes, a rede estadual conta com as Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual, que devem servir como norte para as ações nesse sentido, indicando inclusive,

possibilidades de ação no Projeto Político Pedagógico e na construção do planejamento com os professores (PARANÁ, 2010). O que além dos documentos oficiais já citados, caracteriza-se como ferramenta de auxílio no trabalho com essa questão.

É oportuno deste modo, apresentar o trecho em que Freire (2014) trata da responsabilidade do saber:

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele. Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo? (FREIRE, 2014. p. 75)

As possibilidades de estudar e de conhecer devem ser encaradas com a devida responsabilidade por parte dos educandos, mas principalmente por parte de pedagogos e pedagogas, para que possam ser críticos da sua realidade e conscientes do seu papel no mundo e nos espaços que ocupam.

Nesse sentido, cabe destacar uma das estruturas da escola que é o currículo, como ferramenta para a manutenção de diversas concepções, pois é construído a partir de seleções de conteúdos que, como apresentado, jamais são escolhas neutras. Deste modo, como afirma Henry Giroux (1986, p. 95), é “crucial reconhecer que as escolas representam terrenos contestados na formação das subjetividades, mas que esse terreno é tendencioso a favor da cultura dominante”.

Posto isso, é oportuno frisar o conceito de currículo oculto, a partir de Giroux (1986), que define como todo o ideal de cidadão, sociedade, educação e ensino que estão impregnados nas formas da escola, ainda que não estejam necessariamente explícitos, mas que se revelam nas práticas cotidianas desde a forma de relação entre educadores e educandos até as tomadas de decisão a nível macro.

4 REFLEÇÕES SOBRE O PAPEL DA PEDAGOGA E DO PEDAGOGO

4.1 ENTREVISTA

Na sala da equipe pedagógica, em meio a movimentação de sujeitos e interrupções, bem típicas da escola, a entrevista foi realizada com uma pedagoga, integrante da equipe que atua no colégio onde ocorreram os casos relatados, sendo ela, a única que concordou em participar desta forma, visto que segundo a equipe pedagógica presente, isto preservaria a rotina de trabalho, modificando da menor forma possível. Para preservar a identidade da pedagoga, neste trabalho será chamada de Marina.

A conversa iniciou tendo como disparador inicial o trabalho do pedagogo e da pedagoga dentro da escola, sendo que, logo de início foram apontados pela pedagoga os problemas presentes no trabalho, dentre eles, com maior destaque é o fato de que segundo ela o trabalho pedagógico não acontece pois pedagogos e pedagogas acabam utilizando seu tempo para resolver questões “mais urgentes” dentro do ambiente escolar, que se não forem resolvidas impedem o caminhar esperado da escola, e que diante disso, o seu papel não pode ser exercido da maneira esperada.

Justamente a observação do estágio caminha na direção do que aponta Marina, ao contar que naquele dia, haviam faltado vinte e cinco professores, sendo que cada um ofertaria cinco horários de aula, o que resultou em vinte e cinco horários vagos no dia, em um colégio que comporta dezenove turmas.

1 Entrevista concedida em novembro de 2014, pertence ao acervo pessoal da autora do trabalho.

Aqui cabe colocar a questão de Marina: “Imagina como é que fica uma escola com dezenove turmas, faltando cinco professores à tarde. Você acha que o pedagógico funciona?” (Informação verbal)¹

Aqui cabe resgatar a reflexão realizada que indica a necessidade da clareza por parte de toda a comunidade escolar acerca do papel de pedagogos e pedagogas dentro da escola, pois ainda que Marina indique que existem as tarefas divididas entre seus colegas e que nelas estão incluídas orientação pedagógica e utilização da hora atividade dos docentes como espaço de diálogo e formação, segundo ela, este trabalho não tem sido feito, e quem perde é a escola como um todo.

A pedagoga aponta ainda que existem especificidades no trabalho pedagógico com relação aos diferentes turnos de funcionamento do colégio cuja organização ocorre de forma que as turmas de Ensino Médio e nonos anos do Ensino Fundamental funcionam no período da manhã, sextos, sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental são ofertados no período da tarde sendo que à noite existem turmas de nono ano e Ensino Médio.

Pela manhã são atendidos adolescentes, e foram observados muitos casos em que o tempo das pedagogas e pedagogo era utilizado nos registros de comparecimento sem o uso do uniforme, que é obrigatório. Já pela noite, são atendidos jovens e adultos, em sua maioria, trabalhadores com jornada semanal de 40 horas, onde não por acaso, existem muitos problemas com faltas e desistências. No período vespertino são os pré-adolescentes e adolescentes, com questões latentes de desentendimentos entre colegas e, segundo a pedagoga entrevistada, casos de bullying, como o ocorrido no dia

em que a entrevista foi concedida, onde um garoto sofria violência psicológica por estar acima do peso considerado normal para os padrões de beleza e saúde postos como apropriados na sociedade.

Foi apontada ainda, a ineficiência da formação inicial para a efetivação do trabalho pedagógico tanto em docência quanto em gestão, Marina contou que seu início de carreira como professora na Rede Municipal, há cerca de quinze anos, foi cheio de dificuldades, sendo que a prática e os cursos de formação continuada ofertada pela rede contribuíram de forma decisiva e positiva.

Sobre as diversidades na escola, a pedagoga afirma que existe uma equipe multidisciplinar, cuja atuação é prevista nas Diretrizes Estaduais para a Educação, o que se refletiu no Projeto Político Pedagógico da escola, e é composta por diversos sujeitos que atuam no ambiente escolar, entre eles, o vice-diretor da escola que é o coordenador deste grupo.

A equipe tem como objetivo o trabalho com as diversidades na escola, sendo que a pedagoga comentou que na semana anterior à entrevista, foi realizada uma palestra sobre bullying e que estava sendo montada a programação cultural da semana da Consciência Negra.

Segundo relato da pedagoga, a seleção dos participantes da equipe é feita a partir de quem estiver interessado, sendo que os componentes recebem certificado de participação. A diversidade de áreas de atuação dos docentes participantes e dos funcionários envolvidos, para Marina, acrescenta grande valor às possibilidades de trabalho visto que são diversos pontos de vista, ainda que a presença dos e das estudantes não esteja presente neste grupo.

Quanto à presença das diversidades do currículo escolar, a pedagoga afirma que estão presentes na proposta pedagógica da instituição, e fazem parte dos desafios contemporâneos educacionais, que envolvem todas as disciplinas, visto que segundo ela, os estudantes são sujeitos da sociedade que carregam os conflitos presentes nela. Dentre os assuntos propostos a partir destes desafios estão o Estatuto do idoso, enfrentamento à violência, questão ambiental, da história e cultura afro-brasileira etc.

Ao ser indagada sobre como e se aparecem as questões de gênero na escola, Marina afirma que observa muito nas séries iniciais do Ensino Fundamental, quando as crianças fazem comentários quanto às cores serem de específicas para meninos ou para meninas, mas destaca que isso se refere à uma faixa etária que não está presente no colégio em questão, sendo que ali, segundo ela, essas questões não aparecem, sendo assunto muito mais recorrente, o bullying.

Este momento da entrevista deixa clara a questão já apontada da hierarquização das lutas, onde sempre são postos como mais urgentes ou necessários problemas que passam à frente da questão de gênero. Pôde ser percebida também a falta de compreensão sobre o que são essas questões de gênero, pois ainda que a rede estadual conte com as Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a realidade percebida durante a observação e entrevista na escola revela que o trabalho neste sentido ainda tem um longo caminho pela frente.

A pedagoga que gentilmente concedeu entrevista e a escola que abriu as portas para a realização do estágio são pistas de um cenário geral que aponta

para a necessidade de uma adequação da formação inicial e continuada não só de pedagogos e pedagogas, como também de docentes, com vistas à uma educação menos livresca e mais conectada com a realidade dos educandos e atenta aos sinais de violências contra a minorias, ou seja, uma escola mais humana, com condições de desenvolvimento para estudantes e aprendizado para toda a comunidade escolar.

4.2 PRA PENSAR NOSSAS AÇÕES

Compreendendo então o papel da escola e dos pedagogos e pedagogas, cabe indicar possibilidades de ação, dentro da concepção proposta que visa o estímulo ao pensamento crítico e à uma educação que contribua para a formação humana dos sujeitos, e que busca a superação das opressões e violências.

No caso em que Juliana sofreu uma tentativa de assédio e reagiu, seria importante acolher e ouvir a jovem, evitando comentários que a culpabilizem, visto que a última coisa que a vítima de qualquer ação precisa é que a culpa seja posta nela. Inclusive a questão da culpabilização da vítima é problemática não só porque se constitui como mais uma forma de violência com aquela pessoa, como também torna legítimo o ato de violência ocorrido, legitimando outros atos de violência que se enquadram no padrão do vivenciado naquela ocasião.

A acolhida também deve ocorrer com o jovem, compreendendo que todas as atitudes são baseadas numa forma de compreender o mundo, e que todos nós somos inseridos e criados numa sociedade com opressão de gênero, racial e de classe, sendo que a ação fora deste padrão de pensamento se constitui a partir da oportunidade da reflexão sobre essas situações, e permanece como desconstrução e desafio diário para aqueles sujeitos que compreendem essa condição que pode ser superada.

Sendo assim, esse momento de acolhida se constitui como oportunidade para contribuir com a reflexão dos sujeitos acerca da concepção que o levou a tal situação e que, no caso de Bruno, também o prejudica, pois apesar de sua situação de privilegiado enquanto homem, ele é negro e provavelmente pobre, pois a escola se encontra na periferia da cidade, em um bairro de fragilidade sócio-econômica, sendo duas vezes prejudicado dentro da dinâmica social posta.

Não considero adequada a proposta feita de trocar o jovem de turno, pelo mesmo motivo apontado pela mãe de Juliana, justamente, segregar o sujeito para que não cometa uma ação, parte do pressuposto de que ele não é capaz de compreender o que é correto, nem de refletir seus atos. Principalmente dentro do ambiente escolar, que é espaço formal de aprendizado, é necessário que acreditemos nos estudantes e em seu potencial de reflexão, dando possibilidades para tal.

Já com relação ao segundo caso, onde Ana teve seu corpo tocado por Tiago, além de considerar a acolhida de ambos e a orientação no sentido da reflexão das ações, pelo fato deste caso ter envolvido o pai e o namorado da

jovem, cabe colocar a possibilidade da escola em contribuir com a reflexão também por parte das famílias.

Pensando como profissional inserida ali, o surgimento destes casos naquele ambiente, é um indicativo de que estas questões precisam ser trabalhadas. Naquela escola, seria interessante pensar ações de forma ampla e contínua que tratem as questões de gênero, racial e de classe, como rodas de conversa, oficinas e palestras, onde as ações sejam de responsabilidade não somente da equipe pedagógica, mas também dos professores e professoras e estudantes no dia a dia.

Pensando quem são aqueles profissionais, outra inquietação perseguiu toda a vivência do estágio e a construção destas reflexões. É o fato de que as pedagogas e os pedagogos observados em seu trabalho são sujeitos, com suas subjetividades e que são como aqueles que estão encerrando sua graduação de pedagogo e pedagoga, tendo suas concepções e desejos. A questão que fica é, onde está o ponto chave que permitiu a construção da distância ideológica entre estagiárias e profissionais assalariados inseridos na escola?

Mesmo que sejam realizadas entrevistas e investigações outras, as respostas permanecerão no campo das hipóteses, ainda que a vivência da distância tenha sido percebida não somente na questão das ações durante os casos observados, mas também na distância pessoal, que pode ser percebida em outros espaços onde estagiários também são desconsiderados e tem suas presenças e vozes invisibilizadas e desestimuladas.

Tal comportamento quanto à posição das estagiárias foi um dos fatores que desestimulou ações mais diretas dentro da escola e durante o desenrolar das ocorrências, pois mesmo possuindo um ponto de vista diferente das pedagogas e pedagogo quanto à forma mais adequada para a resolução das questões postas e possíveis ações futuras, não foi percebida receptividade da equipe pedagógica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos relatados e as reflexões deixam claras duas questões principais: a primeira é a necessidade da consciência do papel de pedagogos e pedagogas dentro da escola e sob qual concepção de sujeito, educação e sociedade estão trabalhando e pautando suas ações. Apresento a clareza sobre o trabalho pedagógico por ser foco deste trabalho, porém, tal conceito deve partir de todo o corpo escolar.

Esse ponto permite perceber o potencial de reprodução de estereótipos e conceitos presente na escola que, ao contrário do que alguns podem afirmar, não é espaço para trabalhar apenas com as disciplinas de forma fechada, mas é lugar que educa os sujeitos, os corpos e comportamentos e formas de pensar e agir dentro e fora deste espaço.

A outra questão que emerge é justamente a necessidade de reconhecer a forma com que educação tem servido brilhantemente como uma das ferramentas de perpetuação dessas relações e pensar maneiras de utilizar esse espaço como campo de contribuição para a superação dessas desigualdades, compreendendo que não se trata de algo simples, pois mexe com a subjetividade dos sujeitos, mas que não é impossível, pois existem materiais teóricos e experiências práticas para colaborar com o trabalho que sempre deve ser baseado na práxis.

Como indicação de próximos passos a partir deste trabalho, poderia ser feita uma investigação em outras escolas de Ensino Médio para verificar como as questões de gênero se apresentam, bem como investigar a subjetividade de

pedagogos e pedagogas e como eles encaram essas questões dentro de suas práticas pedagógicas.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Escolarização, gênero e vulnerabilidade social**: uma abordagem cultural de narrativas juvenis. In: ANPED, n. 35, 2012, Porto de Galinhas. Disponível em: <<http://35reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 17 mai. 2014.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: II A experiência vivida**. 2. Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BRASIL. **Constituição do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 11 set. 2014.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2014.

_____. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Brasília: SPM, 2009.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. Ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 48. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIROUX, Henry. **Currículo Oculto:** Uma redefinição, IN: Pedagogia crítica e resistência. Petrópolis: VOZES, 1986.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.** Curitiba, 2010.

PINTO, José Marcelino de R. **O Ensino Médio.** In. Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. OLIVEIRA, Romualdo P.; ADRIÃO, Theresa. (org) 2. Ed. São Paulo: Xamã, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. 2. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.